

Unidade de Alcoologia de Coimbra desenvolve nova acção de formação:

A Violência Doméstica e o Álcool

A Unidade de Alcoologia de Coimbra (UAC) da DICAD da ARS Centro, IP é uma Unidade especializada no tratamento e reabilitação de doentes com problemas ligados ao uso, abuso e dependência de álcool, desenvolvendo para esse efeito programas de internamento e ambulatório.

A UAC desenvolveu o projecto “Ciclos Temáticos de Formação em Alcoologia”, através dos quais pretende promover o debate técnico entre as diferentes áreas do saber e distintas entidades que concorrem directa ou indirectamente para o processo de prevenção, tratamento/reabilitação e reinserção de pessoas com problemas ligados ao consumo nocivo de álcool, propondo uma formação dilatada no tempo, constituída por acções mensais, com duração de 3 a 4 h, num formato de conferência ou workshop, seguido de debate.

Durante o ano de 2016 foram realizadas três sessões. A primeira, subordinada ao tema “A adição ao álcool e a oncologia”, foi desenvolvida pelo Dr. Nuno Bonito. Na segunda actividade formativa, o Prof. Doutor Carlos Braz Saraiva abordou o tema da “Imputabilidade e inimputabilidade no indivíduo com Problemas Ligados ao Álcool”. O terceiro tema reportou a “Direitos e Deveres dos doentes - Questões éticas”, contando com a disponibilidade do Prof. Doutor André Dias Pereira.

No total, estas acções cativaram 464 inscrições e uma taxa de participação que rondou os 70%, com 319 participações. A idade média dos participantes foi de 42,4 anos, maioritariamente do sexo feminino (78%). A sua proveniência incide sobre os distritos de Coimbra (60,8%), Aveiro (15,4%) e Viseu (14,5%). Os sectores de actividade profissional dos participantes reportam as áreas da Acção Social (37,9%), Saúde (36,4%), Justiça (11,9%) e Ensino (10%), sendo que 41,7% dos participantes desenvolvem a sua actividade em entidades do sector privado e cooperativo. Em termos formativos, a maioria dos participantes têm o grau académico de Licenciatura (72,4%), seguindo-se a Pós-Graduação (10,7%) e o Mestrado (14,7%). As áreas de formação incidem sobre o Serviço Social (37,3%), a Enfermagem (19,7%), a Psicologia (19,4%), a Medicina (7,5%), a Educação Social (5,3%) e o Direito (2,9%). Para o processo de avaliação da satisfação contribuíram 41,7% dos participantes, tendo sido um grau de satisfação global de 4,22, para o valor máximo de 5. Todos os itens em avaliação pontuaram acima dos 4: Clareza da exposição (4,23), Conteúdos partilhados (4,18), Estruturação da apresentação (4,16), Utilidade da informação (4,21), Motivação dos participantes (4,21), Actividades desenvolvidas (4,14) Instalações (4,19) e Apoio administrativo (4,34).

As quatro sessões, enquadradas no 2º Ciclo Temático de Formação em Alcoologia, a realizar em 2017, acontecem nas seguintes datas: 23 de Janeiro, 21 de Fevereiro, 28 de Março e 18 Abril, terão lugar no Auditório da Unidade de Alcoologia de Coimbra, sita nas instalações do antigo Hospital Psiquiátrico do Sobral Cid

As sessões são dirigidas a profissionais das várias áreas de intervenção, desde a Saúde, os Tribunais, as Polícias, a Seguran-

ça Social, IPSS's, Ordens e Associações Profissionais, Associações Científicas, Associações de doentes e todas as entidades que tenham interesse nesta área temática, em particular, de modo a potenciar uma melhora efectiva do trabalho conjunto, para um mesmo objectivo.

A primeira sessão ocorreu a 23 de Janeiro, contando com a Mestre Elza Pais, Deputada à Assembleia da República, Investigadora no CES da FCSH da UNL e com exercício de vários cargos públicos de relevo (Secretária de Estado da Igualdade, Comissária do Projecto VIDA, Coordenadora da E.M. para a Violência Doméstica, Comissária de Saúde, entre outros), que dinamizou a Conferência “A Violência Doméstica e o Álcool”. Pretendeu-se abordar a violência doméstica na perspectiva da importância social e política do problema e das respostas que têm vindo a ser desenvolvidas, enquadrando estas na problemática dos usos abusivos de álcool.

Dependências acompanhou a sessão e entrevistou Elza Pais.



ELZA PAIS

“O álcool está presente em muitas situações de violência”

Existe ou não, afinal, uma relação de causalidade entre a violência e o álcool?

Elza Pais (EP) – Existe porque, em muitas situações de violência, o álcool está presente. Isto não significa que as pessoas precisem do álcool para serem agressivas, porque o são mesmo sem o álcool mas, quando o ingerem, esse comportamento de agressão fica mais desinibido. Dito isto, o álcool não é causa mas, como está presente em muitas situações, qualquer política pública de prevenção dos consumos excessivos do álcool também pode beneficiar prevenções do combate à violência doméstica.

É então o efeito do álcool que, muitas vezes, causa a violência?

EP – Não gosto de o afirmar dessa forma porque não existe uma relação de causa efeito. Os valores agressivos já lá estão e são colocados a nu com a presença do álcool. O importante seria trabalhar a montante esses valores para que os mesmos se alte-



rem e, estando ou não na presença do álcool, nunca venham ao de cima. Repare que o indivíduo que bebe bate na mulher e não no vizinho do lado, portanto, o desrespeito pela parceira já é anterior ao consumo. Se fosse o consumo a colocá-lo agressivo, colocá-lo-ia agressivo com qualquer pessoa e não necessariamente com a mulher. Este valor da igualdade não está interiorizado por essa pessoa e o álcool vem pôr a nu essa ausência de respeito pelo parceiro afectivo.

Terá sido um erro termos ignorado que o álcool é a substância psicoactiva tradicionalmente abusada pelos portugueses?

EP – Creio que não houve aqui erros... Existem evoluções, a questão do álcool foi introduzida no SICAD e bem, tal como devia ser introduzida a questão do tabaco. Creio que na prevenção das dependências se devem trabalhar todas, de forma articulada, até para sermos mais eficazes e eficientes nas mensagens que pretendemos transmitir. Se estiver a combater uma dependência, estou necessariamente a combater a outra. Não precisamos de duas equipas a fazerem a mesma coisa no terreno com as mesmas pessoas. As políticas públicas beneficiarão se forem transversais, integradas e abrangentes.

Foi recentemente aprovada na Assembleia da República uma resolução que levará certamente o Governo a legislar no sentido de encontrar uma solução que agrupe as intervenções sobre todas essas substâncias. Pergunto-lhe se essa nova solução tardará a ser anunciada...

EP – Terá que perguntar ao Governo, que ficou de apresentar uma proposta à Assembleia da República relativamente a essa resolução aprovada. Tenho a expectativa de que rapidamente consigamos neutralizar os recuos introduzidos pela governação anterior relativamente à política de drogas e de toxicodependência. Neste momento, temos o SICAD, que é uma cabeça pensante e os técnicos nas ARS e DICAD, que não têm qualquer tipo de apoio nem hierarquia. Isto é absolutamente insustentável sob o ponto de vista da gestão, da eficácia e do apoio que estes profissionais merecem. E só não descambou mais porque estamos perante profissionais muito qualificados e que vestiram a camisola mesmo para além da forma como as políticas se têm comportado relativamente ao seu trabalho. Portanto, estou em crer que este Governo conseguirá rapidamente desfazer os erros que a governação anterior cometeu num país que se tornou uma referência mundial nesta matéria. Espero que em 2017 possamos ter boas notícias...

Além de política, é investigadora e, por isso, coloco-lhe a seguinte questão: a violência é hoje transversal à riqueza e à pobreza, bem como aos jovens e aos menos jovens... O que se estará a passar nomeadamente nos nossos jovens relativamente a este fenómeno?

EP – É uma questão de direitos humanos... A interiorização do valor dos direitos humanos tem que ser maior do que é, daí que eu defenda a educação para a cidadania nas escolas, a educação para os direitos... Enquanto não adquirimos a noção de que a outra pessoa, independentemente do que pensa, desde que não adopte comportamentos agressivos no quadro da convivialidade cívica, tem que ser respeitada, não vamos a lado nenhum. Temos que respeitar as diferenças, sejam de género, de orientação sexual, pessoas com deficiência, etnias... qualquer diferença nos deve merecer respeito e este valor social fundamental ainda não está suficientemente interiorizado, nomeadamente por parte dos nossos jovens para que não agridam. E agridem, nomeadamente nas relações afectivas, que é onde os comportamentos de agressão nos jovens são mais emergentes.

Luta há muitos anos pela igualdade na diferença, que parece algo abstracto...

EP – Não! É a igualdade na diferença, mesmo! Eu não quero ser homem, como os homens não querem ser mulheres e respeito quem quer mudar de sexo da mesma forma como quero que me respeitem a mim, que não quero. E há pessoas que têm identidades sexuais e de género que temos de respeitar. Portanto, continuarei a ser uma acérrima defensora dos direitos humanos e cada vez associo mais a luta da promoção da igualdade de género à luta da valorização dos direitos humanos e do respeito por todo o tipo, sem excepção, de pessoas. Acho que já se alcançou muita coisa, sobretudo em Democracia e nos últimos anos. Hoje temos deputadas na Assembleia da República e, para darmos novos passos, precisamos de leis que obriguem as pessoas a mudarem. Agora vem mais uma lei que obriga a mudar as empresas porque as mulheres competentes e qualificadas têm que estar nas lideranças e o contexto é assim... vamos dando passos. O caminho não está concluído mas já foi iniciado e creio que o percurso que fizemos nos orgulha muito. Como socialista, tenho a dizer que o PS tem uma marca significativa em todos os avanços que nesta matéria se têm feito no nosso país. Nalguns contextos, não fomos obviamente o único partido e esta luta devia mesmo ultrapassar os próprios partidos.